



Convivência numa sociedade com drogas - O Programa de Redução de Danos -

Domiciano Siqueira

Consultor na área de uso de drogas e Direitos Humanos

Sempre se soube que o uso de drogas vem acompanhando o desenvolvimento das civilizações, embora tenhamos consciência que esse uso de "forma epidêmica" é uma característica dos tempos mais atuais, e, mesmo considerando que o desejo de "transcender" é inerente ao ser humano, verificamos que esse desejo tornou-se um risco e um perigo, agravado pelas doenças que se desenvolveram junto com esse avanço.

O desenvolvimento das doenças, AIDS e Hepatites por exemplo, no mundo, agravaram-se devido ao compartilhamento de seringas entre usuários de drogas e para problematizar esse quadro a ilegalidade de algumas substâncias (cocaína e heroína), fizeram com que a saúde pública, as religiões e a justiça, que foram historicamente as instituições encarregadas de enfrentar o problema, se afastassem dele, uma vez que colocaram como pressuposto para o atendimento dessas pessoas, a necessidade de "desejar parar de usar drogas", em detrimento muitas vezes da realidade mais comum que sempre foi a manutenção do uso, porque "não podem, não querem ou não conseguem parar de utilizá-las".

Foi assim que problemas comuns entre usuários de drogas injetáveis, como abscessos dessem lugar a problemas muito mais graves como, aids, hepatites, endocardites, overdoses, violência e se tornassem "parte integrante" da vida dos usuários, transformando-os também naquilo que hoje os imaginamos, ou seja "pessoas comprometidas com a autodestruição ou com o crime organizado", afastando-os de nós e principalmente alijando-os das políticas públicas e da cidadania.

Foi na Inglaterra, por volta de 1926, no Condado de Rolleston, que se construiu a primeira iniciativa de Redução de Danos, quando alguns médicos passaram a prescrever opiáceos a moradores de rua que, por esse motivo, passaram a frequentar mais assiduamente o sistema de saúde.

No final dos anos 70, na Holanda, usuários de drogas já se organizavam para lutar por políticas mais tolerantes no que se referia ao consumo de drogas, tentando serem vistos como cidadãos e não como criminosos, e foi nesse momento que a aids tomou vulto em todo o mundo fazendo com que a necessidade de implantação de programas de Troca de Seringas, possíveis somente sob a ótica da Redução de Danos, passassem a ter importância cada vez maior.

No Brasil, através da cidade de Santos no litoral paulista, onde índices de infecção pelo HIV eram muito altos, iniciou-se o trabalho de implantação do programa que gerou grande polêmica, considerando-se que ainda não havia sido despertada a necessidade de tais iniciativas e sequer se discutia o uso de drogas também como uma possibilidade de escolha e de direito.

A partir de 1994, através do incentivo e do financiamento do Ministério da Saúde, teve início em Salvador/BA o primeiro grande projeto de intervenção entre usuários de drogas injetáveis, cercado de êxito, tornando-se uma grande escola para todos os outros que se sucederam no país.

Em 1996, Porto Alegre/RS, salientou-se por implantar um programa de Redução de Danos com a presença de usuários de drogas em seus quadros de atuação na rua. Caracterizou-se também pelo elevado número de seringas distribuídas e que voltavam para o lixo hospitalar através dos serviços de saúde e do trabalho dos Redutores de Danos, a base de troca.

Em 1997, surge a ABORDA - Associação Brasileira de Redutores de Danos* -, preocupada com o resgate de cidadania dos usuários de drogas e sua rede de interação social, disposta a lutar pelo respeito ao trabalho de Redutores de Danos e usuários de drogas no Brasil e na América Latina.

Ainda com o apoio da Coordenação Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde, multiplicavam-se pelo país os programas de Troca de Seringas, escrevendo uma das mais importantes páginas da história dos Direitos Humanos no Brasil, transformando a iniciativa numa referência internacional para o combate à proliferação de doenças entre usuários de drogas injetáveis.

Por esse caminho rapidamente se fez necessária a regulamentação dos programas e após a Lei de Redução de Danos de São Paulo, em 1997, outras foram incrementadas e hoje tramita no Congresso Federal uma Lei Nacional de Redução de Danos no mesmo tempo que a discussão sobre o assunto tomou conta dos eventos onde se aborda o tema "uso de drogas, cidadania, transmissão de doenças e Direitos Humanos".

A grande importância de tudo isso é que a sociedade cada vez mais se atenta para a necessidade da participação de todos os envolvidos na elaboração das chamadas políticas públicas "com" e não "para" como princípio norteador da participação popular, que é a grande característica da democracia.

Atualmente o Brasil, que tem cerca de um milhão de usuários de drogas injetáveis e uma soroprevalência para o HIV nesse grupo de 25% **, conta com cerca de 180 programas de Redução de Danos/ Troca de Seringas, 18 Associações de Redução de Danos, além da Rede Latino Americana de Redução de Danos e prepara-se para estimular e fortalecer a luta pela sustentabilidade dessas ações, garantindo cada vez mais o acesso à Saúde, à Justiça e conseqüentemente aos Direitos Humanos dos usuários de drogas em troca da participação dos mesmos na construção de uma sociedade mais digna, mais humana e mais democrática, onde as diferenças sejam respeitadas e a nossa noção de direito seja revista e ampliada.

- * Associação Brasileira de Redutores de Danos
- ** Fonte: Projeto Ajude Brasil (UFMG e CN-DST/Aids -MS)

